



HELTON RANGEL COUTINHO JUNIOR  
(ORGANIZADOR)

# FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADE E DIFERENÇAS

  
Ano 2020



HELTON RANGEL COUTINHO JUNIOR  
(ORGANIZADOR)

# FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADE E DIFERENÇAS

Atena  
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
F339	<p>Fenomenologia e cultura [recurso eletrônico] : identidades e representações sociais / Organizador Helton Rangel Coutinho Junior. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader            Modo de acesso: World Wide Web            Inclui bibliografia            ISBN 978-65-5706-078-0            DOI 10.22533/at.ed.780202805</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Fenomenologia. 3. Identidades. I.Coutinho, Helton Rangel.</p> <p style="text-align: right;">CDD 323</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O e-book Fenomenologia e Cultura: Identidades e Representações Sociais apresentará dez artigos relacionados a uma diversidade de temáticas que se espraiam em nossos cotidianos de diferentes formas. Antes de iniciar sua leitura cabe uma breve ponderação sobre os conceitos implicados.

Fenomenologia é aqui compreendida como o desvelar de agentes inerentes a fenômenos sociais que permitem a melhor compreensão das relações instituídas nas arenas coletivas. Prima por caracterizações que extrapolem as noções de conflito inerentes a uma situação de exploração decorrente de um sistema de produção, muito comum nas leituras marxianas. Atem-se, principalmente, a dados que permitam aos leitores, por si sós, descreverem e reterem informações referentes ao universo que se abre com as apreciações de materiais coletados expostos de forma a aguçar o espírito crítico e investigador.

Desta feita, todos os artigos presentes englobam aspectos relacionados a formação de identidades e representações sociais em um campo cultural. Cultura é então percebida como o conjunto de valores e práticas sociais vertidas diante de um contexto social. Identidade implica na concepção de projetos de vida que se atrelem a construção de projetos societários. Enquanto representações sociais se referem aos níveis de performance, linguagens, uso da língua, posturas e retratações que infiram percepções sobre identidades e elementos de dados momentos da nossa história e da trajetória de nossas instituições.

Mas calma, no capítulo 1 será esmiuçado um pouco das bibliografias pertinentes aos conceitos de fenomenologia e cultura em suas possibilidades correlatas. Já os capítulos 2 ao 7 referendam experiências práticas relacionadas ao campo da educação em sua multiplicidade de abordagens possíveis, destacando, principalmente, consequentes relacionados a nossa miscigenação cultural e os tensionamentos postos pela valorização dessa que envolvem desde a ressignificação de noções de pertencimento a raízes africanas até questões de gênero decorrentes do perfil de professores.

Em consequente, dos capítulos 8 ao 10, são expostas possibilidades de tratamento do cosmos espraiado por práticas em saúde. Explicitam-se as provocações advindas de todo um ecossistema de fauna e flora, do histórico de algumas fundações em saúde firmadas pela nobreza clerical e dos avanços representados pelos transplantes de órgãos, suas normas e distorções.

Dessarte, os referidos artigos, para sua melhor leitura, perpassam o conceito de hipertexto. Esse requer não só a atenção às narrativas apresentadas por seus autores, mas a percepção de suas interconexões com outras leituras, associações e veículos que lhes dão vida. Salienta-se o conjunto de questões que é trazida

pelo bojo de uma multiplicidade de nuances e repercussões correlatas a realidade hodierna.

Por esse prisma, o elemento cultural marcador, que agrega os diferentes textos aqui apresentados, se relaciona ainda a premente necessidade da multidisciplinaridade de saberes e importância de uma visão integral sobre as arrebatções dos viventes e seus dilemas consoante o conjunto de possibilidades postas pelo universo telúrico.

Helton Rangel Coutinho Junior

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A SOCIOLOGIA FENOMENOLÓGICA DE ALFRED SCHÜTZ: UM PARADIGMA PARA PENSAR A CULTURA	
<a href="#">José Vitor Lemes Gomes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7802028051</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
LITERATURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS: UM RESGATE DA CULTURA NEGRA EM PROL DA INSERÇÃO SOCIAL E ELIMINAÇÃO DE RACISMOS E PRECONCEITOS	
<a href="#">Gleides Ander Nonato</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7802028052</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
ASPECTOS CULTURAIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRESENTES NA LITERATURA MOÇAMBICANA: UMA ANÁLISE SOBRE JOÃO PAULO BORGES COELHO	
<a href="#">Patricia de Oliveira Rezende</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7802028053</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>38</b>
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A CAPOEIRA, CONSTRUINDO A ESCOLA: ANÁLISE DO DISCURSO DA CANÇÃO “DONA ISABEL”, DO MESTRE TONI VARGAS”	
<a href="#">Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7802028054</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>50</b>
HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: A LEI 10.639/03 NO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO CNPQ	
<a href="#">Nicácia Lina do Carmo</a>	
<a href="#">Leilah Santiago Bufrem</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7802028055</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>58</b>
O ESPAÇO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA: PERTENCIMENTO E REAFIRMAÇÃO CULTURAL	
<a href="#">Kellison Lima Cavalcante</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7802028056</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
SOBRE PROCESSOS E ELEMENTOS PRESENTES NAS RECONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIAS DE PROFESSORES HOMENS NOS ANOS INICIAIS	
<a href="#">Maria da conceição Silva Lima</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7802028057</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>78</b>
A IMPORTÂNCIA DA INTERSETORIALIDADE NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA REGIÃO CENTRO SUL DO ESPÍRITO SANTO - BRASIL	
<a href="#">Daniele Custódio Gonçalves das Neves</a>	
<a href="#">Katia Cilene Tabai</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7802028058</b>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>91</b>
AÇÕES DE CONTROLE DA RAIVA ANIMAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA USINA HIDRELÉTRICA DE SERRA DA MESA, NORTE DE GOIÁS, BRASIL	
Leonardo Aparecido Guimarães Tomaz	
Valéria de Sá Jayme	
Marlon Zortéa	
Aires Manoel de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7802028059</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>110</b>
A LITERATURA DEVOCIONAL OS CUIDADOS A SAÚDE EM PORTUGAL (SÉCS. XV-XVI)	
André Costa Aciole da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.78020280510</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>123</b>
ANÁLISE DO TRÁFICO DE ÓRGÃOS SOB O ÂNGULO JURÍDICO-SOCIAL	
Marcela Rodrigues Almeida	
Laís Moreira Barros	
Orisval Paulino Dos Junior Santos	
Renata Botelho Dutra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.78020280511</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>135</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>136</b>

## A IMPORTÂNCIA DA INTERSETORIALIDADE NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA REGIÃO CENTRO SUL DO ESPÍRITO SANTO - BRASIL

Data de aceite: 12/05/2020

### **Daniele Custódio Gonçalves das Neves**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Alimentos e Nutrição, Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
Campinas/ SP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3755332522604492>

E-mail: [dani.custodioneves@gmail.com](mailto:dani.custodioneves@gmail.com)

### **Katia Cilene Tabai**

Professora da área de Políticas de Alimentação e Nutrição. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)  
Seropédica / Rio de Janeiro

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5973361421417139>

E-mail: [ktabai@ufrj.br](mailto:ktabai@ufrj.br)

**RESUMO:** A intersetorialidade das políticas públicas é fundamental. Principalmente no tocante as ações de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política intersetorial amparada pela Lei nº 11.947/2009 que estipula alocação mínima de 30% do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisições de itens provenientes da agricultura familiar. Fato

que contempla medidas necessárias à SAN. Essa pesquisa exploratória de caráter qualitativa analisa o desenvolvimento da PNAE em algumas localidades do Estado do Espírito Santo no período compreendido entre 2011 e 2017. Tem como objetivo principal investigar se os municípios desse Estado cumpriam a exigência do percentual mínimo estabelecido por lei. A região Central Sul apresentou percentual médio de 41,5% das aquisições oriundas da agricultura familiar, apresentando desempenho satisfatório, pois fez aquisições acima do mínimo exigido. A referida região é composta pelos municípios de Apiacá, Atílio Vivacqua, Cacheiro de Itapemirim, Castelo, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui e Vargem Alta. O município que mais se destacou, nesse período de análise, foi Cachoeiro de Itapemirim, pois apresentou percentual médio de aquisições da agricultura familiar de 53%. O município que apresentou o pior desempenho nesse período histórico foi Mimoso do Sul com 19,44%. Destaca-se que essas aquisições possibilitam a oferta de mais alimentos *in natura* aos alunos, viabilizando o acesso a alimentos variados e oportunizando, em alguns casos, o consumo de alimentos que, muitas vezes, não se tem acesso em casa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança Alimentar

e Nutricional, Políticas Públicas Intersetoriais, Programa de Alimentação Escolar, Agricultura Familiar.

## THE IMPORTANCE OF INTERSECTORIALITY IN THE NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM IN THE CENTER SOUTH REGION OF ESPÍRITO SANTO - BRAZIL

**ABSTRACT:** The intersectorality of public policies is fundamental. Especially with regard to actions to promote Food and Nutritional Security (SAN). The National School Feeding Program (PNAE) is an intersectoral policy supported by Law 11,947 / 2009, which stipulates a minimum allocation of 30% of the National Education Development Fund (FNDE) for the acquisition of items from family farming. Fact that includes measures necessary to SAN. This qualitative and quantitative exploratory research analyzes the development of PNAE in some locations in the state of Espírito Santo in the period between 2011 and 2017. Its main objective is to investigate whether the municipalities in that state met the minimum percentage requirement established by law. The Central South region had an average percentage of 41.5% of acquisitions from family farming, showing satisfactory performance, as it made acquisitions above the minimum required. This region comprises the municipalities of Apiacá, Atílio Vivacqua, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui and Vargem Alta. The municipality that stood out the most in this period of analysis was Cachoeiro de Itapemirim, as it had an average percentage of acquisitions from family farming of 53%. The municipality that had the worst performance in this historic period was Mimoso do Sul with 19.44%. It is noteworthy that these acquisitions make it possible to offer more fresh food to students, enabling access to varied foods and making it possible, in some cases, to consume food that is often not available at home.

**KEYWORDS:** Food and Nutrition Security, Intersectoral Public Policies, School Feeding Program, Family Farming.

### 1 | INTRODUÇÃO

Em 2019, mais de 820 milhões de pessoas apresentaram dificuldade no acesso a alimentos. Ao mesmo tempo, o mundo inteiro apresenta casos de epidemias relacionadas ao excesso de peso e obesidade. A situação da insegurança alimentar e nutricional, no mundo, está ainda mais grave quando comparada a índices de anos anteriores (FAO, 2017; 2019).

O Brasil avançou muito no quesito governança e segurança alimentar e nutricional nessa última década, principalmente, em ações intersetoriais. Como resultado desse esforço, ocorreu a diminuição da pobreza e da fome (Tabai, 2017). Entretanto, a descontinuação de políticas públicas importantes como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem assustado especialistas da área e pode

ocasionar a volta do Brasil ao mapa da fome (Melito, 2020).

A operacionalização de políticas intersetoriais é complexa, pois envolve diversos âmbitos para a sua operacionalização. Nesse contexto, o fomento à Agricultura Familiar apresenta-se relevante à formulação e implementação de ações municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de desenvolvimento local visto promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Saraiva, 2013; Tabai, 2017).

Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), entende-se por Segurança Alimentar e Nutricional a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente. Sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Tem como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) objetiva promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável a toda população. Tem como prioridade famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Engloba as unidades produtivas rurais como fontes para o abastecimento regular e permanente de toda população brasileira à alimentação adequada e saudável.

No entanto, no Brasil, ainda há um grande número de pessoas que sofrem de insegurança alimentar crônica ou transitória, apesar do rápido progresso na redução da pobreza e da insegurança alimentar em muitas partes da realidade telúrica (Azeredo et al, 2017; Castro et al, 2014; Tabai, 2017).

Nessa lógica, conforme prerrogativas do Ministério da Educação, a alimentação e as práticas alimentares constituem temática transversal a ser constantemente refletida nas unidades de ensino em suas diferentes nuances (Bizzo, 2005; Fiore et al 2012).

Nesse bojo, destaca-se ainda o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE e suas interlocuções com a lei nº 11.947/2009. O referido programa é referência no mundo todo, mas principalmente nos países da América Latina e Caribe. A alimentação escolar é defendida como um direito dos estudantes e considerada uma das estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O cardápio adotado contém alimentos básicos, incentivando o uso de produtos regionais, respeitando, assim, a cultura alimentar local e ao uso de produtos *in natura*, típicos da agricultura familiar (Villar et al, 2013).

A intersetorialidade de políticas públicas – como o PNAE – requer a quebra de paradigmas estruturais verticalizados entre as instituições públicas. Isso porque, problemas de segmentos específicos da população exigem uma remodelagem das velhas estruturas organizacionais, novas respostas, das quais a intersetorialidade é

uma das alternativas possíveis (Perini, 2013).

A intersectorialidade em SAN pode ser entendida como o conjunto de possibilidades para a promoção de ações e programas integrados em que os diversos setores de governo e da sociedade ultrapassam dificuldades de comunicação e ação de forma integrada (Tabai, 2017; Maluf, 2007).

Este artigo apresentará o estudo de caso, realizado no município capixaba de Cachoeiro de Itapemirim e dos municípios pertencentes a Região Central Sul do Espírito Santo diante da PNAE, a partir da exposição dos quantitativos e percentuais relativos a evolução de aquisições de itens provenientes da agricultura familiar pelas municipalidades.

## 2 | MATERIAIS E MÉTODO

A pesquisa possui caráter exploratório e de natureza quali-quantitativa. Optou-se por escolher essa metodologia devido às facilidades que apresenta na análise dos dados brutos através de instrumentos padronizados, sem perder os traços ricos substanciais de análises qualitativas (Barros et al, 2000; Gerhardt et al, 2009).

Essa pesquisa faz parte do projeto de estudos intitulado “Segurança Alimentar: a intersectorialidade no Brasil” submetido à Comissão de Ética em Pesquisa na UFRRJ (COMEP/UFRRJ). Segue os princípios éticos da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo humanos. Obteve parecer favorável à sua realização, conforme descrito no protocolo nº 797/2016.

Os dados do Programa Nacional de Alimentação Escolar foram obtidos por meio da plataforma do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) consoante às prestações de contas dos municípios ao referido Fundo. O período analisado foi de 2011 a 2017, pois foi o período disponível para análise na plataforma. A fim de compreender melhor a efetividade desta política pública no município de Cachoeiro de Itapemirim, foi averiguada também as aquisições em outros seis municípios pertencentes a microrregião Central Sul do Espírito Santo.

Os dados coletados foram organizados e agrupados por ano e município. Na plataforma do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) constavam apenas os valores totais das aquisições para a alimentação escolar e os valores das aquisições oriundos da agricultura familiar por ano. Para a organização e análises dados estatísticos foi utilizado o Microsoft Excel o que permitiu o desenvolvimento de tabelas com os valores absolutos e percentuais.

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Região Central Sul do Espírito Santo possui 8 (oito) municípios e todos receberam repasses do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para o PNAE durante o período estudado (2011 a 2017). Entretanto, o desempenho dos municípios, no cumprimento do artigo 14 da lei nº 11.947, apresentou discrepâncias.

Em 2011 (Tabela 1 abaixo), cinco municípios estudados adquiriram percentual superior ao mínimo estipulado. Com destaque para o município de Cachoeiro de Itapemirim que adquiriu aproximadamente 84%.

Dois municípios fizeram aquisições tímidas como 16,78% (Atílio Vivacqua), e 3,01% (Castelo).

O município de Mimoso do Sul sequer realizou aquisições nesse ano.

	Percentual (%)
<b>Apiacá</b>	40,35
<b>Atílio Vivacqua</b>	16,78
<b>Cachoeiro de Itapemirim</b>	84,01
<b>Castelo</b>	3,01
<b>Jerônimo Monteiro</b>	51,20
<b>Mimoso do Sul</b>	0,00
<b>Muqui</b>	37,80
<b>Vargem Alta</b>	49,49
<b>CENTRAL SUL</b>	57,59

Tabela 1. Percentuais de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar na região Central Sul do Espírito Santo em 2011.

Fonte: FNDE, 2018.

Na tabela 2, que se segue, vislumbra-se o ano de 2012, no qual alguns municípios apresentaram quedas percentuais como Apiacá, Muqui e Atílio Vivacqua.

O destaque dessa Região ficou para o município de Mimoso do Sul que apresentou variação no período de +25,40%. Outro destaque da Região foi Cachoeiro de Itapemirim que ainda cresceu em 5,23% sua marca anterior relativa aos alimentos oriundos da agricultura familiar.

	<b>Percentual (%)</b>
<b>Apiacá</b>	36,31
<b>Atílio Vivacqua</b>	16,00
<b>Cachoeiro de Itapemirim</b>	89,24
<b>Castelo</b>	20,90
<b>Jerônimo Monteiro</b>	56,48
<b>Mimoso do Sul</b>	25,40
<b>Muqui</b>	34,42
<b>Vargem Alta</b>	27,35
<b>CENTRAL SUL</b>	64,29

Tabela 2. Percentuais de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar na região Central Sul do Espírito Santo em 2012.

Fonte: FNDE, 2018.

Comparando as tabelas 1 e 2, verifica-se que entre 2011 e 2012, a totalidade de municípios estudados acresceu em 6,7% às compras de itens provenientes da agricultura familiar.

O ano de 2013 pode ser observado na tabela abaixo:

	<b>Percentual (%)</b>
<b>Apiacá</b>	7,07
<b>Atílio Vivacqua</b>	23,04
<b>Cachoeiro de Itapemirim</b>	33,04
<b>Castelo</b>	21,16
<b>Jerônimo Monteiro</b>	0,00
<b>Mimoso do Sul</b>	0,00
<b>Muqui</b>	27,10
<b>Vargem Alta</b>	0,00
<b>CENTRAL SUL</b>	25,00

Tabela 3 Percentuais de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar na região Central Sul do Espírito Santo em 2013.

Fonte: FNDE, 2018.

Em 2013, diferentemente dos percentuais atingidos nos anos anteriores, a Região Central Sul, em sua globalidade, pela primeira vez não ultrapassou o percentual de 30%. Interessante observar que os municípios de Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul e Vargem Alta zeraram suas aquisições da agricultura familiar. Desses municípios, somente Mimoso do Sul foi reincidente em zerar aquisições oriundas da agricultura familiar.

Outro fator interessante se refere ao município líder em aquisições da agricultura familiar, Cachoeiro de Itapemirim, que vinha apresentando percentuais acima de 80%. Nesse ano, conteve-se em atingir um pouco mais do mínimo exigido.

Destaca-se que, o ano de 2013, foi o primeiro ano de exercício dos novos prefeitos eleitos. Somente na prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim o prefeito dava continuidade a seu mandato.

Os dados referentes ao período de 2014 serão observados a seguir:

	<b>Percentual (%)</b>
<b>Apiacá</b>	23,21
<b>Atilio Vivacqua</b>	29,47
<b>Cachoeiro de Itapemirim</b>	53,00
<b>Castelo</b>	32,54
<b>Jerônimo Monteiro</b>	28,62
<b>Mimoso do Sul</b>	15,88
<b>Muqui</b>	27,22
<b>Vargem Alta</b>	0,00
<b>CENTRAL SUL</b>	40,65

Tabela 4. Percentuais de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar na região Central Sul do Espírito Santo em 2014.

Fonte: FNDE, 2018.

Após apresentar percentual médio de 25%, em 2013, a Região Central Sul do Espírito Santo conseguiu recuperar e ultrapassar o percentual mínimo (Tabela 4). Novamente, Vargem Alta zerou as aquisições oriundas da Agricultura Familiar, demonstrando o desinteresse da nova gestão diante do programa.

Observa-se, tão logo, que a Região, em tempos áureos, atingia percentuais acima de 55% de aquisições de itens relacionados a agricultura familiar, começando reestruturações que levaram a queda dessas para pouco para mais de 40% em 2014. Decréscimo que permanece nos anos seguintes.

As tabelas a seguir se referem as quantitativos dos anos de 2015 e 2016:

	<b>Percentual (%)</b>
<b>Apiacá</b>	22,20
<b>Atilio Vivacqua</b>	27,39
<b>Cachoeiro de Itapemirim</b>	40,15
<b>Castelo</b>	20,80
<b>Jerônimo Monteiro</b>	65,14
<b>Mimoso do Sul</b>	29,74
<b>Muqui</b>	20,15
<b>Vargem Alta</b>	118,32
<b>CENTRAL SUL</b>	40,14

Tabela 5. Percentuais de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar na região Central Sul do Espírito Santo em 2015.

Fonte: FNDE, 2018.

	Percentual (%)
<b>Apiacá</b>	29,93
<b>Atilio Vivacqua</b>	22,95
<b>Cachoeiro de Itapemirim</b>	40,81
<b>Castelo</b>	28,92
<b>Jerônimo Monteiro</b>	36,34
<b>Mimoso do Sul</b>	33,35
<b>Muqui</b>	27,74
<b>Vargem Alta</b>	33,89
<b>CENTRAL SUL</b>	35,60

Tabela 6. Percentuais de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar na região Central Sul do Espírito Santo em 2016.

Fonte: FNDE, 2018.

Na Região Central Sul do estado capixaba (Tabela 5) notamos a surpreendente marca de 118,12% do município de Vargem Alta. Acredita-se que, por não terem sido realizadas aquisições, nos períodos anteriores (2013/2014), houve recursos para a aquisição de produtos da agricultura familiar no ano de 2015. O município de Jerônimo Monteiro teve seu melhor percentual no período estudado (65,14%), seguido por Cachoeiro de Itapemirim (40,15%). Somente esses três municípios atingiram o mínimo exigido por lei.

Em 2016, conforme observável na tabela 6, os oito municípios apresentaram percentuais muito próximos ao mínimo exigido pela legislação (30%), sendo que metade dos municípios apresentaram percentuais entre > 20% e < 30%; três municípios apresentaram valores percentuais entre > 30 % e < 40%, incluindo Mimoso do Sul. Somente Cachoeiro de Itapemirim apresentou valores superiores a 40%.

No ano de 2017, os decréscimos de aquisições aumentam em quase todos os municípios como observaremos na tabela 7 a seguir:

	Percentual (%)
<b>Apiacá</b>	3,87%
<b>Atilio Vivacqua</b>	15,27%
<b>Cachoeiro de Itapemirim</b>	32,01%
<b>Castelo</b>	27,54%
<b>Jerônimo Monteiro</b>	45,33%
<b>Mimoso do Sul</b>	31,74%
<b>Muqui</b>	0,00%
<b>Vargem Alta</b>	12,38%
<b>CENTRAL SUL</b>	27,23%

Tabela 7. Percentuais de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar na Região Central Sul do Espírito Santo em 2017.

Fonte: FNDE, 2018.

Com a troca dos prefeitos na eleição de 2016 todos os municípios estudados apresentaram quedas súbitas nos percentuais das aquisições, tendo somente os municípios de Cachoeiro de Itapemirim (32,01%), Jerônimo Monteiro (45,33%) e Mimoso do Sul (31,74%) apresentado aquisições acima dos 30%. Apesar disso, Mimoso do Sul ainda apresentou decréscimo de 1,61% das aquisições.

O ano de 2017 foi o segundo pior ano para as aquisições da região Central Sul do Espírito Santo, só não foi pior que o ano de 2013 com seus 25%.

Salienta-se, mais uma vez, que as trocas das gestões das prefeituras tendem a gerar alterações nas aquisições oriundas da agricultura familiar.

Ainda assim, sobrerresta notar que alguns municípios ao longo do período estudado conseguiram manter percentuais acima dos 30%.

Agora apresentaremos, no 'gráfico 1', mostra do desenvolvimento da Região Central Sul capixaba comparando todo o período (2011-2017) e suas aquisições:

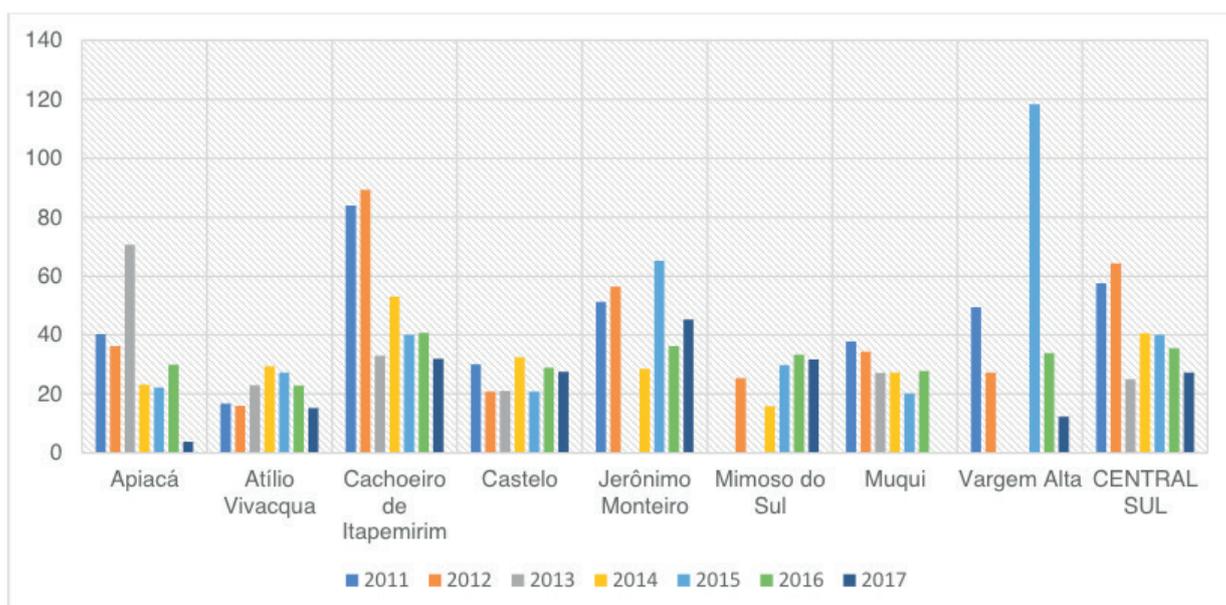


Gráfico 1. Percentual (%) da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar na Região Central Sul do Espírito Santo para o PNAE nos períodos entre 2011 e 2017.

Fonte: FNDE, 2018.

Perceptível é que o município que mais se destacou foi Cachoeiro de Itapemirim visto que manteve margem superior a 30% durante todo o período.

Os municípios da Região Central Sul demonstraram engajamento e comprometimento com o PNAE, pois, na média entre as regiões no período, houve percentual de 41,50% de aquisição de itens provenientes da agricultura familiar.

Ressalta-se que esse comprometimento alcança não só auxílios à compra de produtos da agricultura familiar, mas representa também a oportunidade aos alunos da educação básica de terem acesso regular a alimentos saudáveis em

quantidade e qualidade suficientes conforme previsões da norma.

Dessa maneira, enfatiza-se que o comprometimento municipal na melhoria dos alimentos a serem servidos nas escolas afeta o rendimento escolar dos estudantes e conforma hábitos alimentares mais saudáveis e dinâmicas produtivas em diferentes escalas.

O perfil de aquisições apresentado por essa microrregião infelizmente não é uma realidade nacional, pois no estudo de Neves e Tabai (2017), realizado em todo o Brasil, percebe-se que, somente em 2013, a região do Centro-Oeste conseguiu cumprir a obrigatoriedade do quantitativo de 30% da agricultura familiar. E, somente, a partir de 2014, a região Sul do Brasil passou a fazer aquisições acima dos 30%. No estudo de Ferigollo et. al (2017), ao avaliar o cumprimento da legislação no estado do Rio Grande do Sul, averiguou-se que a maioria dos municípios analisados cumpriu o determinado pela legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Entretanto, na pesquisa realizada por Villar et. al (2013) pode-se perceber o descumprimento é uma realidade ainda existente em municípios brasileiros, principalmente no estado de São Paulo. Nesse, apenas 47% dos municípios realizaram compra oriunda da agricultura familiar conforme o período analisado pelos autores.

Na pesquisa liderada por Aleixo (2018) apresentaram-se dados alarmantes. O autor nota que, em municípios pequenos (com até 50 mil habitantes), a tendência é de aquisições iguais a zero, fato que representa até 40% dos municípios do estado do Rio de Janeiro. Apesar de a partir de 2015, mais de 20 prefeituras, das 92 existentes no estado, terem feito aquisições superiores a 30% da agricultura familiar.

A pesquisa realizada por Bezerra e Tabai (2018) na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro mostrou que nenhum dos municípios pesquisados cumpriu o mínimo exigido por lei, tendo nesse cenário o melhor desempenho o município de Itaguaí que apresentou aquisição de 22,55%.

Além dos referidos quantitativos, em todas as pesquisas sobre o assunto, pontos como a necessidade do aumento da diversidade de alimentos, tanto de origem vegetal quanto de origem animal, sendo a maior parte deles *in natura*, são exaltados (Bezerra et al, 2018; Ferigollo et al. 2017; Lottenberg al., 2010; Soares et al., 2018; Villar et al., 2013;).

É sabido que o consumo regular de frutas e hortaliças traz efeitos benéficos para a saúde dos indivíduos como preconiza o novo Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014; Malta et al., 2014).

Ainda assim, ao analisarmos de forma longitudinal o programa de SAN e o Programa de Aquisições de Alimentos (PAA), notamos várias similaridades, tais quais poucas adesões a tais programas e baixa aquisição de itens oriundos da

agricultura familiar.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma política pública complexa, pois, para a sua efetividade é necessária integração entre diferentes órgãos, instituições e agentes de diferentes setores e repartições. Requer uma atuação integrada, de modo intersetorial, que objetive aperfeiçoar os meios de alimentação de escolares de todo o Brasil.

É importante compreender que o PNAE é uma política que vai além de fornecimento de alimentos *in natura*, minimamente processado, afinal é também parte de uma abordagem integradora, na qual a alimentação saudável assume um viés que visa fortalecer práticas agrícolas sustentáveis que colaboram para uma alimentação escolar mais humanizada, nutritiva e saudável.

O PNAE, em seu desiderato, possibilita, estimula, que novos gêneros alimentícios sejam cultivados proporcionando aos agricultores uma melhoria em renda familiar, lhes assegurando comercialização livre de atravessadores, promovendo a eles também vivenciar a SAN.

Espera-se, tão logo, que os benefícios desse sistema produtivo se façam presentes na vida de todos os escolares a partir da oferta de alimentação rica em frutas e hortaliças, livres de resíduos tóxicos e com uma oferta nutricional adequada e diversificada. Oferta essa, que se propiciada, fortalece os meios para o desenvolvimento acadêmico e desempenho escolar.

Contudo, muitos ajustes precisam ser feitos, principalmente relacionados a mitigação das quedas percentuais provenientes das trocas de mandatos. Visível se fez que há perdas percentuais significativas na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar nesse momento.

Assim, importante é que se faça o acompanhamento periódico do PNAE a fim de compreender sua evolução como política pública. Notando as necessidades de adaptações locais específicas que possam aperfeiçoar ainda mais seu efetivação, tais quais localização de movimentos sociais que vertam subsídios na ocasião de carências, adaptação da norma a pequenos comerciantes que garantam a diversidade de itens necessários a adequada alimentação, além de checagens constantes dos quantitativos de agricultores familiares que sejam suficientes a produção de artefatos que garantam o cumprimento dos índices mínimos equacionadas por observações sobre técnicas, solos e perfil desses agricultores e viabilidade de meios de transporte que perpassam a distribuição dos alimentos em uma mesorregião.

Espera-se também que sejam desenvolvidas outras pesquisas sobre a temática

contemplando maior número de localidades e suas particularidades, enfatizando-se quais são os alimentos, em sua diversidade, que compõem as citadas aquisições, assim como as percepções dos escolares diante dessas.

## REFERÊNCIAS

- ALEIXO, D.N.S. Aquisição de alimentos da agricultura familiar, incluindo produtos orgânicos, pelas Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no período de 2011 à 2016. p.206. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.
- AZEREDO, R.M.M.C.; JORGE, K.; AZEVEDO, D.R.P. Evolução do Conceito de Segurança Alimentar. In.: Inocuidade dos Alimentos. p. 03-17, 2017.
- BARROS, A.J.S.; LEHFELD, N.A.S. Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica. 2 Ed. São Paulo: Makron Books. 84p., 2000.
- BEZERRA, I.G.C.; TABAI, K.C. Segurança Alimentar: A Intersetorialidade em Municípios do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Revista SODEBRAS. v.12, edição 145, p.60-66, 2018.
- BIZZO, Maria Leticia G; LEDER, Lidia. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. Revista de Nutrição. vol.18 número:5. Campinas Sept./Oct. 2005
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Alimentar para a População Brasileira/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.
- BRASIL. Casa Civil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm) >, acessado em 23 de outubro de 2016.
- CASTRO, F. T.; TABAI, K. C; OLIVEIRA, S. P. Consumo de frutas e hortaliças: fatores determinantes. In: Tendências e Inovação em Ciência, Tecnologia e Engenharia de Alimentos. Atheneu. p. 269-299, 2014.
- FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. Alimentación Escolar: Desarrollo de programas sostenibles a partir del caso Brasileño. Núcleo de Capacitación en Políticas Públicas. 33p., 2017.
- FAO. 2019: The State Of Food Security and Nutrition in the World - Safeguarding Against Economic Slowdowns And Downturns. 239p., 2019. Disponível em: < <http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf> >, acessado em 16 de janeiro de 2020.
- FERIGOLLO, D.; KIRSTEN, V.R., HECKLER, FIGUEREDO, O.A., PEREZ-CASSARINO, J.; TRICHES, R.M. Products purchased from family farming for school meals in the cities of Rio Grande do Sul. Revista de Saúde Pública. n.51, v.6, p.1-9 2017.
- FIORE, Elaine Gomes et. al. Abordagem dos Temas Alimentação e Nutrição no Material Didático do Ensino Fundamental: interface com segurança alimentar e nutricional e parâmetros curriculares nacionais. Saúde Soc. São Paulo, v.21, n.4, p.1063-1074, 2012.
- GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 120p., 2009.

LOTTENBERG, A.M.P.; Fan, P.L.T.; Buonacorso, V. Efeitos da Ingestão de Fibras sobre a Inflamação nas Doenças Crônicas. *Einstein*. v.8, n.1, p. 254-258, 2010.

MALUF, R.S.J. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Petrópolis: Editora Vozes. 174p., 2007.

MALTA, D.C.; ANDREAZZI, M.A.R.; Oliveira-Campos, M.; ANDRADE, S.S.C.A.; SÁ, N.N.B.; MOURA, L.; DIAS, A.J.R.; CRESPO, C.D.; JUNIOR, J.B.S. Trend of the risk and protective factors of chronic diseases in adolescents, National Adolescent School-based Health Survey (PeNSE 2009 e 2012). *Rev. Bras. Epidemiol. Supl Pense*. p.77-91, 2014.

MELITO, L. Arquitetura da destruição das políticas de combate à fome no Brasil. In.: *O Joio e o Trigo: Comer Bem, Comer Mal*, 2020. Disponível em: < <https://outraspalavras.net/ojoioeotriogo/2020/02/arquitetura-da-destruicao-das-politicas-de-combate-a-fome-no-brasil/> >, acessado em 04 de fevereiro de 2020.

MONTEIRO, B. L.; DIAS, A.; TABAI, K. C. Políticas Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Seropédica, Rio de Janeiro-Brasil. *Cadernos de Agroecologia*, v. 13, p. 1-10, 2018.

MONTEIRO, B.L.; TABAI, K.C.; PORTILHO, E.S.; BEZERRA, I.G.C.; PINTO, M.A.M.; FERNANDEZ, P.SC.; MAJEROWICZ, N.; MELLO, G.A.B.; BILHEIRO, L.C.R.; DIAS, A. Reflexões Sobre Políticas de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Seropédica-RJ. In.: *Agroecologia: Debates sobre a Sustentabilidade*. Atenas Editora. p.1-12, 2019.

NEVES, D.C.G.; TABAI, K.C. Programa de Aquisição de Alimentos: Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e Hábitos Alimentares Saudáveis a Vulneráveis. In: Vanessa Bordin Viera; Natielei Piovesan. (Org.). *Avanços e Desafios da Nutrição 4*. 1ed. Ponta Grossa: Atena editora, 2019, p. 213-222.

NEVES, D.C.G.; TABAI, K.C. Analysis of the National School Food Program (NSFP) like Public Policy on Food and Nutrition Security in Brazil. In: *International Conference on Childhood Obesity - Conference Book*. Lisboa, Portugal, p. 84-85, 2017.

PERINI, J.H.M. *Desafios da Gestão Intersetorial na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Fundação Oswaldo Cruz (Dissertação). 95p., 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMAG). *Censo Rural, 2012*. Disponível em < [http://www.cachoeiro.es.gov.br/nap/censo\\_rural.html](http://www.cachoeiro.es.gov.br/nap/censo_rural.html) >, acessado em 21 de maio de 2016.

SOARES, P.; MARTINELLI, S.S.; FABRI, R.K.; VEIROS, M.B.; DAVÓ-BLANES, M.C.; CAVALLI, S.B. Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor de Sistemas Alimentares Locais, Saudáveis e Sustentáveis: uma avaliação da execução financeira. *Ciência & Saúde Coletiva*. n. 23, v.12; p.4189-4197, 2018.

TABAI, K.C. A Segurança Alimentar e Nutricional no contexto da intersetorialidade. In: Denise Regina Perdomo Azeredo (Org.). *Inocuidade dos Alimentos*. São Paulo: Ed. Atheneu, p. 19-30, 2017.

VILLAR, B.S.; SCHWARTZMAN, F.; JANUARIO, B.L.; RAMOS, J.F. Situação dos Municípios do Estado de São Paulo com Relação à Compra Direta de Produtos da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Revista Brasileira de Epidemiologia*. n. 16, v. 1, p. 223 – 226, 2013.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**HELTON RANGEL COUTINHO JUNIOR** - Possui graduação em Serviço Social, História e Direito pelas instituições Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Estácio de Sá, respectivamente. Possui ainda especializações nas áreas de Historiografia Brasileira, Direito Constitucional (ambas pela Faculdade Venda Nova do Imigrante- ES) e Sociologia Urbana (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ). Mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro pela linha de pesquisa “Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social”. Atualmente cursa Letras junto a Universidade Cruzeiro do Sul e participa de projeto de extensão das Editoras parceiras Universidade do Livro/UNESP- Universidade Estadual Paulista com fins ao aprofundamento de elementos relacionados a editoração, preparo e produção de textos em suas diferentes modalidades. E-mail: heltonrcj@hotmail.com

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Afrodescendência 58, 64  
Agricultura Familiar 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90  
Alfred Schütz 1, 2, 9, 12  
Apiacá 78, 79, 82, 83, 84, 85  
Aprendizagem 10, 38, 48, 63  
Assistência 110, 111, 112, 113, 114, 117, 119, 120, 121, 122, 128  
Atílio Vivacqua 78, 79, 82, 83, 84, 85

### C

Cacheiro de Itapemirim 78, 79  
Cachoeiro de Itapemirim 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90  
Camundongos 92, 96, 97  
Capoeira 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48  
Castelo 78, 79, 82, 83, 84, 85  
Crime Organizado 123, 125, 126, 133  
Cultura 1, 2, 4, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 30, 35, 36, 38, 39, 40, 43, 46, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 77, 80, 108, 114, 115, 116, 120, 121, 122

### D

Dignidade humana 125, 132, 133  
Direito Penal 123  
Diversidade 18, 20, 22, 23, 24, 27, 33, 39, 48, 59, 60, 62, 80, 87, 88, 89, 92, 94, 95, 96, 98, 100, 101, 104, 107, 109, 132

### E

Educação 14, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 38, 39, 40, 45, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 65, 66, 70, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 86, 89, 104, 110  
Enfermos 110, 111, 114, 115, 117, 119  
Ensino 17, 18, 19, 23, 38, 39, 40, 47, 48, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 63, 69, 72, 76, 77, 80, 89  
Epidemiologia 90, 92, 93, 94, 103  
Escola 16, 17, 19, 23, 38, 39, 43, 46, 48, 53, 55, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 70, 71, 72, 96, 107  
Espírito Santo 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86

## F

Foucault 38, 39, 44, 49, 61

## G

Goiás 95, 98, 102, 104, 106, 107, 108, 110, 123

## H

Hospitais 110, 111, 114, 116, 117, 119, 120, 126, 133

## I

Idade Média 110, 111, 112, 113, 114, 119, 120, 121

Intersetorialidade 78, 80, 81, 89, 90

## J

Jerônimo Monteiro 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86

## L

Lei 10.639/03 23, 39, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Literatura Africana 14, 21, 22

Literatura devocional 110, 119

## M

Max Weber 2, 9

Mimoso do Sul 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86

Ministério da Educação 23, 38, 49, 57, 80

Morcegos 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Muqui 78, 79, 82, 83, 84, 85

## P

Patrimônio 38

PNAE 78, 79, 80, 81, 82, 86, 88, 90

Políticas Públicas Intersetoriais 79

Portugal 20, 21, 26, 27, 30, 77, 90, 110, 111, 113, 114, 116, 117, 119, 120, 121, 122

Práticas em saúde 110, 112, 113

## R

Raiva 91, 92, 93, 94, 96, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108

Região Central Sul 81, 82, 83, 84, 85, 86

## S

SAN 78, 79, 80, 81, 87, 88

Sociedade 2, 4, 7, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 28, 29, 30, 33, 36, 39, 45, 47, 48, 51, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 72, 75, 81, 123, 126, 127, 130

Sociologia 1, 2, 3, 5, 10, 11, 12, 52, 58, 65, 135

## T

Tráfico de Órgãos 123, 125, 127, 129, 130

Transplante de órgãos 124, 126, 128, 130, 132

## U

Unidades de ensino 48, 80

## V

Vargem Alta 78, 79, 82, 83, 84, 85

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**